

IC - Inquérito Civil n. 06.2018.00004023-0

Objeto: Apurar eventuais irregularidades na estrutura material e funcional da Vigilância Sanitária do Município de São Ludgero.

Representado: Município de São Ludgero

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Braço do Norte, sediada na Rua Raulino Horn, 286, Centro, Braço do Norte/SC, representada, neste ato, por sua Promotora de Justiça titular nesta Comarca, **Fabiana Mara Silva Wagner**, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e de outro lado, **MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n. 82.926.536/0001-05, com endereço na Avenida Monsenhor F. Tombrock, n. 1300, Centro, São Ludgero/SC, CEP: 88.730-000, neste ato representado por seu **Prefeito Municipal, Ibaneis Lembeck**, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do **IC - Inquérito Civil n. 06.2018.00004023-0**, nos termos dos artigos 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ, bem como do artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor estabelece, em seu artigo 81, que a *"defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo"*;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem legitimidade

concorrente para a defesa dos interesses e direitos dos consumidores, conforme preceitua o artigo 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que “O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviços públicos” (Súmula 601 do Superior Tribunal de Justiça);

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, impõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o seu artigo 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) IV defesa do consumidor”;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado (artigo 196 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (Sistema Único de Saúde – SUS);

CONSIDERANDO que o artigo 200 da Constituição Federal estabelece que "ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...] II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador [...]”;

CONSIDERANDO que são direitos básicos do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos, conforme previsto no inciso I do artigo 6º do Código Consumerista;

CONSIDERANDO que os "órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos" (artigo 22, caput, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO o artigo 2º da Lei n. 8.080/1990 (Lei Orgânica

da Saúde), segundo o qual a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

CONSIDERANDO que o artigo 4º do referido diploma legal prevê que "o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)";

CONSIDERANDO o artigo 6º, da mesma lei, que incluiu no campo de atuação do SUS a execução de ações de vigilância sanitária, e que o §1º do referido artigo conceitua a vigilância sanitária como "[...] conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I – o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e II – o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde";

CONSIDERANDO o artigo 7º, ainda da Lei Orgânica da Saúde, que prevê os princípios e diretrizes do SUS de universalidade do acesso, integralidade da atenção e descentralização político-administrativa com direção única em cada esfera do governo;

CONSIDERANDO que o artigo 17 dispõe que "à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete: I – promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde; [...] IV – coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços: [...] b) de vigilância sanitária [...]";

CONSIDERANDO que cabe à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) executar o serviço de vigilância sanitária (artigo 18, inciso IV, alínea "b", da Lei 8.080/1990);

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.782/1999 define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências;

CONSIDERANDO a existência do Pacto pela Saúde/2006, que o define como "um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre as três

esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade do Sistema Único de Saúde";

CONSIDERANDO que os "Planos de Ação em Vigilância Sanitária" são uma ferramenta de planejamento, em que estão descritas todas as ações que a Vigilância Sanitária pretende realizar durante um exercício, assim como as atividades a serem desencadeadas, as metas e resultados esperados e seus meios de verificação, os recursos financeiros implicados e os responsáveis e parcerias necessárias para a execução dessas ações;

CONSIDERANDO que a Deliberação n. 250/CIB/2019, da Comissão Intergestores Bipartite de Santa Catarina, estabeleceu os critérios para a construção do Plano de Ação Municipal em Vigilância Sanitária para o quadriênio de 2020-2023;

CONSIDERANDO que a Portaria de Consolidação n. 6, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, trata do financiamento das ações de vigilância em saúde e os critérios para o repasse e monitoramento dos recursos federais do componente da Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO que os recursos federais têm relevância estratégica na execução das ações e contribuem para que as Vigilâncias Sanitárias e gestores possam fortalecer o processo de descentralização;

CONSIDERANDO que os valores definidos, pactuados e distribuídos entre os municípios são repassados mensalmente de forma regular e automática Fundo a Fundo e serão reajustados anualmente com base na população estimada pelo IBGE;

CONSIDERANDO que os recursos federais destinados às ações de vigilância sanitária são constituídos de Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA) e Piso Variável de Vigilância Sanitária (PVVISA);

CONSIDERANDO a responsabilidade do gestor público na administração de recursos públicos, notadamente na sua aplicação, a fim de que seja alcançada a eficiência da atividade administrativa, traduzida no atendimento ao princípio da eficiência esculpido no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a existência do Programa de Fortalecimento das Parcerias Administrativas para a Proteção da Saúde do Consumidor, que foi eleito pelo Conselho Consultivo do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público como prioridade, e que tem como objetivo promover a articulação com os Órgãos Públicos municipais, estaduais e federais incumbidos da fiscalização dos setores regulados, cujos produtos e serviços representam riscos à saúde dos consumidores, buscando, além disso, estimular o Poder Público a constituir e a estruturar órgãos de fiscalização de produtos e serviços potencialmente causadores de riscos à saúde dos consumidores e incentivar a regularização dos fornecedores de produtos e serviços afetos à área da saúde do consumidor;

CONSIDERANDO que foram coletados dados dos órgãos de Vigilância Sanitária municipais de todo o estado de Santa Catarina, em relação à estrutura legal, física, recursos materiais, estrutura administrativa e operacional, constatando-se que o município de Nova Itaberaba não cumpriu todas as metas previstas no Plano de Ação da Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO que, baseado na Deliberação n. 250/CIBN/2019, o **MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO** firmou Declaração de Compromisso para implementação do Plano Municipal de Ações de Vigilância Sanitária para o quadriênio de 2020-2023 (fls. 488-513);

CONSIDERANDO as informações veiculadas no relatório subscrito pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor do Ministério Público de Santa Catarina (Ofício n. 0287/2022/CCO, fls. 482-546), dando conta da carência de estrutura e atuação por parte da **Vigilância Sanitária do MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO**, apontada pelo Relatório de Avaliação da Supervisão Municipal das Ações de Vigilância Sanitária (fls. 516-517), elaborado pela Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, notadamente:

(a) **Quanto à estrutura legal:** Não possui Código Sanitário Municipal vigente, razão pela qual utiliza Código Sanitário Estadual;

(b) **Quanto à estrutura física e recursos materiais:** Não dispõe de todos os equipamentos essenciais (termômetro de ambiente, termômetro de produtos e clorímetro);

(c) **Quanto aos recursos financeiros:** Os recursos financeiros

(fundo a fundo) repassados pelo Fundo Nacional de Saúde são utilizados para atender às necessidades do setor VISA, mas sem comprovação contábil de caráter público, de acordo com a Lei da Transparência; Os recursos financeiros arrecadados por taxas de alvarás sanitários são utilizados para atender às necessidades do setor VISA e sem comprovação contábil de caráter público, de acordo com a Lei da Transparência;

(d) Quanto à estrutura administrativa operacional: O cadastro da equipe no Sistema Pharos é atualizado eventualmente e não solicita o cancelamento dos "logins de acesso" dos profissionais que não fazem mais parte da equipe; O sistema PHAROS é utilizado como único sistema de Gestão para atividades de Vigilância Sanitária, mas é utilizado parcialmente – somente o módulo de pactuação e algumas outras funcionalidades – ficando todo o processo administrativo sanitário sem sistema; Não utiliza o SIERI – Sistema de Informação Estadual de Radiações Ionizantes;

(e) Quanto aos processos de trabalho: Não possui relatórios de inspeção dos estabelecimentos inspecionados; Os autos de intimação não são emitidos para os estabelecimentos quando pertinentes em conformidade com a Lei; Não analisa e nem classifica as demandas de inspeções e/ou infrações realizadas; Participa somente de alguns programas de monitoramento e somente quando solicitado;

(f) Quanto aos alvarás sanitários: Não faz concessão do alvará sanitário pela Classificação de Risco Sanitário;

(g) Quanto aos processos administrativos: Com ou sem equipe julgadora formada, os Processos Administrativos Sanitários – PAS – não são instaurados pelo fiscal; O Gestor Municipal de Saúde não tem conhecimento dos Processos Administrativos Sanitários – PAS.

CONSIDERANDO que, no decorrer da investigação, apesar de o **MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO** tenha adotado medidas para sanar as irregularidades, mas que não foram suficientes para atender aos critérios apontados no Relatório de Avaliação da Supervisão Municipal das Ações de Vigilância

Sanitária;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985:

RESOLVEM celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes CLÁUSULAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. O presente termo de compromisso de ajustamento de conduta tem por objeto a adequação do **COMPROMISSÁRIO** aos comandos constitucionais e infraconstitucionais relativos à estruturação da **Vigilância Sanitária do MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

2.1. O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a cumprir e desenvolver as ações e metas estabelecidas no Plano de Ações em Vigilância Sanitária formalizado pelo **MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO**;

2.2. O **COMPROMISSÁRIO** se obriga a:

2.2.1. a partir da assinatura do TAC e no **prazo de 60 (sessenta) dias**, encaminhar à Câmara Municipal de Vereadores o Código Sanitário Municipal;

2.2.2. a partir da assinatura do TAC e no **prazo de 60 (sessenta) dias**, caso não possua, elaborar e remeter projeto de lei à Câmara Municipal de Vereadores objetivando a criação e estruturação do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal – VISA Municipal;

2.2.2.1. após **90 (noventa) dias** da aprovação da Lei relacionada à **cláusula 2.2.2.**, caso seja(m) criado(s) novos cargos públicos na estrutura da VISA Municipal, obriga-se a deflagrar concurso público de provas ou provas e títulos, cuja necessidade seja evidente;

2.2.2.2. até 30 (trinta) dias da homologação do concurso público definitiva, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a prover todos os cargos vagos relacionados à **cláusula 2.2.2.1.**, nomeando os candidatos aprovados no concurso público deflagrado e homologado, para todas as outras funções cuja necessidade seja evidente;

2.3. O COMPROMISSÁRIO compromete-se, no **prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, a prover a estrutura necessária para a eficaz atuação da Vigilância Sanitária municipal, tanto de recursos humanos como material e financeiro, notadamente equipamentos básicos para o exercício das funções, em funcionamento e aferidos, tais como termômetros de ambientes e de produtos, luxímetro, clorímetro e materiais de expediente suficientes, além de providenciar e/ou manter em funcionamento sistema de protocolo;

2.3.1. O COMPROMISSÁRIO apresentará ao Ministério Público, no **prazo de 15 (quinze) dias** após o prazo inserto na **cláusula 2.3.**, comprovante da aquisição dos materiais;

2.4. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a inserir o Plano de Ações em Vigilância Sanitária em sua Programação Anual de Saúde (PAS), observando as diretrizes constantes no Plano de Saúde;

2.5. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a detalhar no Relatório Anual de Gestão (RAG) os demonstrativos das ações, resultados alcançados e aplicação dos recursos no âmbito municipal, submetido ao respectivo Conselho de Saúde;

2.5. O COMPROMISSÁRIO compromete-se, a partir da assinatura deste termo, a aplicar os recursos financeiros (fundo a fundo) repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para atender às necessidades do setor VISA, com a devida comprovação contábil de caráter público, de acordo com a Lei da Transparência;

2.6. O COMPROMISSÁRIO compromete-se, a partir da assinatura deste termo, a aplicar os recursos financeiros arrecadados por taxas de alvarás sanitários para atender às necessidades do setor VISA com a devida comprovação contábil de caráter público, de acordo com a Lei da Transparência;

2.7. O COMPROMISSÁRIO compromete-se, a partir da assinatura deste termo, a alimentar o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (PHAROS) de forma regular, nele incluindo todas as atividades desempenhadas e passíveis de registro;

2.7.1. O COMPROMISSÁRIO compromete-se, a partir da assinatura deste termo, a promover o cancelamento dos "logins de acesso" dos profissionais que não fazem mais parte da equipe, providência que deve ser adotada no **prazo de 5 (cinco) dias** após o desligamento do profissional;

2.8. O COMPROMISSÁRIO compromete-se, a partir da assinatura deste termo, a alimentar o Sistema de Informação Estadual de Radiações Ionizantes (SIERI);

2.9. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, a partir da assinatura do presente termo de compromisso, a:

2.9.1. Elaborar e armazenar relatórios de inspeção dos estabelecimentos inspecionados;

2.9.2. Emitir os autos de intimação para os estabelecimentos quando pertinente, em conformidade com a Lei;

2.9.3. Analisar e classificar as demandas de inspeções e/ou infrações realizadas;

2.9.4. Participar de programas de monitoramento de água, alimentos, cosméticos, saneantes e medicamentos;

2.10. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, a partir da assinatura do presente termo de compromisso, abster-se de conceder alvarás sanitários sem identificação numérica (rastreadabilidade), sem prévia inspeção sanitária que constate a efetiva adequação do estabelecimento às normas regulamentares, exceto nos casos previstos na legislação específica, e sem a assinatura da autoridade competente;

2.10.1. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, a partir da assinatura do presente termo de compromisso, a realizar a concessão do alvará sanitário pela Classificação de Risco Sanitário;

2.11. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a instaurar o devido

procedimento administrativo (Procedimento Administrativo Sanitário – PAS) sempre que constatada a necessidade, com a formação de equipe julgadora de acordo com a previsão legal, levando a efeito a aplicação das devidas penalidades, quando for o caso;

2.11.1. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, a partir da assinatura do presente termo de compromisso, a fazer com que o Gestor Municipal de Saúde acompanhe a execução dos Processos Administrativos Sanitários – PAS - até a sua conclusão final;

2.12. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, no **prazo de 120 (cento e vinte) dias** contados da assinatura do presente termo de compromisso, a estabelecer junta administrativa para julgar os recursos de infração ou imposição de penalidade, ficando estabelecida provisoriamente a competência do Secretário Municipal de Saúde como órgão de segunda instância;

2.13. O COMPROMISSÁRIO, por meio da Vigilância Sanitária Municipal, compromete-se a colaborar nas ações (fiscalizações, vistorias, etc.) dos programas institucionais do Ministério Público do Estado de Santa Catarina desenvolvidos por esta Promotoria de Justiça;

2.14. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não cercear de qualquer forma o livre exercício da atividade de fiscal da Vigilância Sanitária, exercendo, contudo, controle disciplinar nos casos legalmente previstos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA MULTA COMINATÓRIA

3.1. Na hipótese de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste TERMO, o **COMPROMISSÁRIO** e seu representante signatário, **Prefeito Municipal de São Ludgero**, solidariamente, incorrerão em multa, sem prejuízo das medidas civis, criminais e administrativas a serem adotadas, respeitadas as seguintes disposições:

3.2. Para o descumprimento de cada cláusula das obrigações previstas, em qualquer de seus subitens do presente TERMO, incidirá multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), corrigido e atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até

o efetivo desembolso.

3.3. Em qualquer caso, a multa será destinada ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do estado de Santa Catarina (CNPJ n. 76.276.849/0001-54, Agência n. 3582-3, do Banco do Brasil, conta corrente n. 63.000-4), correndo a multa independente de qualquer determinação judicial.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento técnico ou jurídico, inclusive decorrente de alteração legislativa federal e estadual.

5.2. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

5.3. O foro competente para resolução de conflitos oriundos do presente ajuste será o da Comarca de Braço do Norte/SC.

E, por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cientificado o **COMPROMISSÁRIO**, desde já, de que o presente procedimento será arquivado e submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 25, II, do Ato n. 335/2014 do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, para fins de eventual homologação.

Braço do Norte, 31 de janeiro de 2023.

[assinado digitalmente]
Fabiana Mara Silva Wagner
Promotora de Justiça

Ibaneis Lembeck
Prefeito do Município de São Ludgero
Compromissário